

Visão ecologizada do direito na inversão do ônus da prova no Processo Civil Ambiental

Elias Cabral de Souza Lima

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

LIMA, Elias C. de S.; SOUZA, Úrsula G.T. de F. **Visão ecologizada do direito na inversão do ônus da prova no Processo Civil Ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

LIMA, Elias C. de S.; SOUZA, Úrsula G.T. de F. **Visão ecologizada do direito na inversão do ônus da prova no Processo Civil Ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O presente trabalho estabelece a constitucionalidade da inversão do ônus da prova no processo civil ambiental, a partir da reafirmação da existência de uma crise ambiental de nível global, que atinge todas as formas de vida e sistemas ecológicos, pela teorização moderna no sentido de aplicar uma visão ecologizada ao direito ambiental vigente, ou seja, atribuir uma interpretação de normas, e também a criação delas, a partir de uma perspectiva ecológica, não mais apenas ambiental e antropocêntrica, e sim biocêntrica. Esta interpretação biocêntrica se encontra refletida na análise da jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros (Supremo Tribunal Federal - STF e Superior Tribunal de Justiça - STJ) sobre o tema ambiental, concluindo, a partir das diretrizes constitucionais atuais, que é constitucional inverter o ônus probatório nas lides ambientais, especialmente considerando o princípio da pre-

caução. No estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, a partir da análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos.

Palavras-chave: Direito. Ecologização. Ônus da prova. Inversão. Constitucionalidade.

ABSTRACT

This paper establishes the constitutionality of reversing the burden of proof in environmental civil proceedings, from the reaffirmation of the existence of a global environmental crisis, which affects all forms of life and ecological systems, by modern theorizing in the sense of applying a greened vision to current environmental law, that means attributing an interpretation of norms, and also their creation, from an ecological perspective, no longer just environmental and anthropocentric, but biocentric. This biocentric interpretation is reflected in the analysis of the jurisprudence of the Brazilian superior courts (Supreme Federal Court - STF and Superior Court of Justice - STJ) on the environmental issue, concluding, based on current constitutional guidelines, that it is constitutional to reverse the burden of proof on environmental issues, especially considering the precautionary principle. In the study, bibliographical and jurisprudential research was used, from the quantitative and qualitative analysis of the collected data.

Keywords: Law. Greening. Burden of proof. Inversion. Constitutionality.

Texto completo em PDF